



ATA DO 34º CONGRESSO DO SINDICATO NACIONAL DOS
SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA – CONSINASEFE.

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, no auditório do Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, localizado no SHTN, Trecho 01, Conj. 1B, Bloco “C”, Asa Norte, Distrito Federal, CEP 70800-200, foi instalado o 34º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – CONSINASEFE - Congresso Ordinário Eleitoral e Estatutário do SINASEFE - Assembleia Geral Nacional, cujo tema central foi “Educação não é mercadoria! Derrotar Bolsonaro, o neofascismo e o neoliberalismo!”. O Congresso convocado para o período de doze a quinze de maio de dois mil e vinte e dois, discutiu e deliberou a seguinte pauta: 1. Conjuntura: A luta contra Bolsonaro, o neoliberalismo e o neofascismo; 2. Aprovação do Regimento Interno do 34º Consinasefe - Assembleia Geral Nacional; 3. O papel da Rede Federal de Ensino e das escolas ligadas ao Ministério da Defesa; 4. Plano de Lutas; 5. Eleições para a Direção Nacional, para o Conselho Fiscal e para o Conselho de Ética do SINASEFE - Biênio 2022/2024 e; 6. Mudança estatutária proposta pela AJN. O Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 50, terça-feira, 15 de março de 2022. Em função de atraso na programação e a não realização de ato público programado para a tarde do dia doze de maio, foi necessário alterar a programação de abertura. Sônia Regina Adão, secretária da Pasta de Opressões, em nome da Direção Nacional saudou todas, todos e todes e abriu o 34º Consinasefe com a mesa “A luta sindical combate as opressões”, com o objetivo de demarcar o espaço e debater a luta pela construção de um sindicato verdadeiramente representativo, feminista, antirracista e LGBTQI+. Para enriquecer o momento, Sônia fez a leitura do poema da feminista negra norte-americana Maia Ângelo sobre o Proletariado Progressista Branco. Após a leitura, convidou as palestrantes para compor a mesa e iniciou as apresentações de cada uma, que fizeram suas explanações na seguinte ordem: **Márcia Kambeba** – Geógrafa, pesquisadora indígena, doutoranda em estudos linguísticos pela UFPA, escritora, compositora, educadora, palestrante de assuntos indígenas e ambientais. Márcia Kambeba nasceu na aldeia Ticuna, em Belém dos Solimões (PA). **Vilma Reis**, Socióloga, feminista, mestra em Ciências Sociais, doutoranda em estudos étnicos africanos no pós da UFBA, filha do Terreiro do Cobre, defensora dos direitos humanos, ativista do Movimento de Mulheres Negras, abolicionista penal, co - fundadora do Coletivo Maín - Organização de Mulheres Negras para os Direitos Humanos e constrói acoalização Negra por Direitos. Foi ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia entre 2015/2019 e presidenta do Conselho Nacional das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas do Brasil entre 2018/2019. Foi pré-candidata à prefeita de Salvador em 2020 pelo Partido dos Trabalhadores, é colunista da revista Carta Capital. **Laurenir Santos Peniche** - Mestra em comunicação e cultura pela Universidade da Amazônia, musicóloga e pesquisadora da música paraense e seus principais autores, Professora de Artes e Relações étnicorraciais, dirigente do Sinasefe, Seção Pará, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro brasileiros do IFPA, presidenta da comissão de heteroidentificação do Pará e militante dos movimentos Cultural e Negro na capital paraense; coordena a NEAB da Região Norte, membro da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negras e Negros. Recebeu o prêmio da Secretaria das Diversidades, com o Projeto Verequete O Rei dos Tambores e o prêmio Fundação Palmares Ideias Criativas ao Dia da Consciência Negra, com o projeto “Nós Quilombolas da Amazônia”. **Carolina Iara**, co-vereadora pela bancada feminista do PSol de São Paulo, eleita em 2020 com 46.267 votos. É mulher, intersexo, travesti, negra, HIV+, primeira pessoa vivendo com HIV a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo e primeira pessoa intersexo a ser parlamentar no Brasil. Servidora pública municipal





50

51 licenciada, trabalhou dez anos na Secretaria de Saúde tendo ativismo no cuidado e atenção às vítimas
52 de violência nos movimentos e coletivos culturais e periféricos. Socióloga, escritora, poeta,
53 candomblecista, filha de Ossaim e Iansã. Encerradas as apresentações, Sônia passou a palavra às
54 convidadas, para iniciar suas exposições, que seguiu a mesma ordem das apresentações. Após as
55 intervenções, Sônia agradeceu as valorosas contribuições das companheiras palestrantes e externou
56 seu desejo por um sindicato melhor, menos machista, com mais mulheres e homens negros nas
57 coordenações e abriu as inscrições ao plenário para uma rodada de perguntas sobre o tema exposto.
58 Grande parte do plenário se inscreveu e pôde fazer suas reflexões e questionamentos acerca do tema.
59 A rodada de perguntas foi dividida em dois blocos e respondida também em blocos. Após o debate, a
60 palavra retornou às convidadas para as considerações finais. Ao final, Sônia Adão, mais uma vez
61 agradeceu às convidadas e as companheiras incentivadoras para realização de mesa histórica no
62 Sinasefe. Após esse momento, a mesa foi desfeita e passou á coordenação de David Lobão,
63 coordenador – geral do Sinasefe, que informou ao plenário que o detalhamento acerca dos transtornos
64 ocorridos na organização do congresso e que colocaram sua realização em risco seriam repassados ao
65 plenário na retomada dos trabalhos, durante a plenária de aprovação do Regimento Interno e do
66 Código Eleitoral. Em seguida, suspendeu os trabalhos para o jantar, com previsão de retorno para as
67 vinte horas e trinta minutos. O segundo momento da noite do congresso foi retomado às oito horas e
68 cinquenta e cinco minutos. Compuseram a mesa os coordenadores - gerais Carlos Magno e Carlos
69 David Lobão e Saulo Campos, secretário-geral do Sinasefe. David Lobão informou que naquele
70 momento seria instalada a plenária para resolver as pendências do credenciamento e em seguida
71 votação do Regimento Interno do Consinasefe e do Código Eleitoral. Antes do início da pauta, David
72 Lobão informou que os problemas nesta quinta – feira, com a empresa contratada para mediar a
73 organização do congresso demandaram muito empenho da Comissão de Organização e da Direção
74 Nacional, para que o congresso não fosse inviabilizado, uma vez que a empresa descumpriu o
75 contrato e não efetuou o repasse feito pelo Sinasefe referente à hospedagem e alimentação dos
76 congressistas ao hotel. Após contato com a empresa; devido a urgência de solução, para que as
77 delegações pudessem se hospedar, a primeira providência da Direção Nacional foi a de garantir a
78 realização do congresso. Neste sentido, fez o imediato repasse do valor de R\$487 mil reais
79 diretamente ao hotel, que em seguida liberou os espaços antes bloqueados. Informou ainda, que no
80 momento seguinte a comissão e direção foram em busca dos erros e constatou vários, dentre eles a
81 lista de hospedagem feita minuciosamente pela comissão e repassada à empresa com antecedência
82 não foi respeitada pela mesma, que encaminhou outra lista totalmente desorganizada, além de outras
83 falhas, que a comissão e DN passaram a tentar corrigir com a maior brevidade possível, já com as
84 delegações chegando ao hotel. Lobão colocou ainda, que o problema foi resolvido, porém, o maior
85 prejuízo foi a não realização do ato de rua previsto para a abertura do congresso, denunciando o
86 governo Bolsonaro como genocida e homenageando os companheiro(a)s da Rede que perderam suas
87 vidas durante a pandemia. O ato foi inviabilizado também, pelo fato de as vans que transportariam os
88 participantes para o Ato ainda não haviam sido pagas. A seguir, Carlos Magno, coordenador – geral
89 reafirmou que o Sinasefe foi vítima de um golpe de estelionato e que a assessoria apresentou queixa-
90 crime na delegacia. Explicitou ainda, que embora a empresa tenha assinado um termo de
91 reconhecimento de dívida, dificilmente o valor será restituído aos cofres do Sinasefe. Magno falou da
92 necessidade de o congresso pautar e debater essa questão e apontar um direcionamento. Colocou
93 também que sua assinatura consta no contrato feito com a empresa, porém, ele sequer foi informado
94 ou leu o mesmo. Mas que enquanto membro da Direção Nacional não fugiria as suas
95 responsabilidades. A seguir, ainda sobre a questão, William Carvalho apresentou questão de ordem
96 no sentido de que o ponto fosse aberto e discutido pelo plenário em algum momento do congresso,
97 com a apresentação detalhada do que ocorreu para que o congresso debatesse e tomasse uma
98 coletiva, para que fatos como esses não mais venham a ocorrer. Com a palavra, Saulo Campos
99 colocou a importância de apreciação e votação imediata dos recursos de credenciamento e a
100 aprovação do Regimento Interno e do Código eleitoral, para que as discussões pudessem ser iniciadas.

2





101

102 Após várias intervenções e questões de ordem, ficou acordado que o tema seria debatido com o
103 plenário e maiores informações seriam passadas no momento do debate. Em seguida, Saulo Campos
104 coordenando a mesa convidou a Comissão Organizadora do 34º Consinasefe, para dar informes
105 sobre a condução dos trabalhos da comissão com relação aos critérios de análise das Atas de
106 assembleias, dentre outros informes. A seguir a palavra foi concedida a Marco Vezanni e em seguida
107 a Paulo Marconi, integrantes da Comissão, que fizeram resgate do trabalho desenvolvido pela
108 comissão desde nomeação, há sete meses, até o momento atual. Destacou que a comissão respondeu
109 a todos os e-mails encaminhados pelas Seções Sindicais e que todas as decisões foram sempre
110 tomadas coletivamente e que, apesar de pequenas falhas observadas, a empresa vinha entregando o
111 que foi contratado, até o momento das hospedagens, quando, nesta quinta-feira a comissão foi
112 surpreendida pelo hotel com a notícia que as hospedagens e alimentação não estavam pagas.
113 Informou que a decisão, desde então, foi a de que a prioridade seria instalar todos os congressistas da
114 melhor forma possível. Finalizando, Marco Vezanni externou seu constrangimento com o ocorrido,
115 mas colocou que a comissão trabalhou e fez o que lhe foi dado como demanda. A seguir, Paulo
116 Marconi complementou os informes resgatando o processo de escolha do hotel e os detalhes das
117 dificuldades com a listagem de hospedagem encaminhada à empresa pela comissão e que não foi a
118 mesma encaminhada ao hotel, causando grande transtorno na chegada dos congressistas. Finalizando,
119 Paulo destacou que a empresa contratada não cumpriu suas obrigações e a comissão está pagando um
120 preço por isso e assumiu a responsabilidade, mas que a comissão, nesse primeiro momento tentou
121 resolver da melhor forma possível. Feitas as falas, Saulo Campos e o plenário do congresso
122 expressaram todo respeito e reconhecimento ao empenho e pelo trabalho da comissão nesse período
123 e manifestaram solidariedade e respeito às comissões envolvidas, diante dos fatos ocorridos na
124 manhã desta quinta – feira. Em seguida foi iniciado o ponto pendências de credenciamento.
125 Como havia mais de uma seção com o mesmo tipo de pendência, Saulo propôs que para esses
126 casos fosse feita uma votação em bloco. Houve acordo do plenário. Assim, as seções IF Sul, Mossoró
127 e Brasília informaram que apresentaram a documentação correta, entretanto, por motivos vários, fora
128 do prazo e apresentaram recurso no sentido de credenciar seus representantes legitimamente eleitos
129 nas bases, como delegado(a)s. A seguir, a mesa encaminhou a votação em bloco somente sobre
130 prazo de entrega de documentação. **Proposta um** - A plenária do 34º Consinasefe acata os recursos
131 apresentados pelas seções IFSul, Mossoró e Brasília, para a condução de seus observadores à
132 condição de delegado(a)s. **Proposta dois** - A plenária do 34º Consinasefe rejeita os recursos
133 apresentados pelas seções IFSul, Mossoró e Brasília. Por contraste visual, os recursos foram
134 aprovados com alguns votos contrários e dez abstenções. Seguindo no tema, Carlos Magno/ Seção IF
135 Baiano informou que a seção teria direito a sete delegado(a)s e somente seis foram credenciados por
136 conta de divergência na lista de presença, que não consta o nome do filiado antigo da seção, na lista
137 do credenciamento, por erro da empresa BISAWEB. Neste sentido, a seção apresentou seu recurso à
138 plenária, para que o delegado fosse credenciado. Na oportunidade, Magno destacou não ser a
139 primeira vez que a BISAWEB comete esse tipo de erro e que o filiado apresentou documento de
140 próprio punho esclarecendo que jamais pediu desfiliação da seção Sinasefe IF Baiano. Em seguida
141 foram apresentados pelas seções IFSC, Sintef/GO e Seção Natal, a mesma pendência, servidore(a)s
142 filiados há mais de noventa dias e, por erro da BISAWEB não apareceram na lista. Foram feitas
143 algumas intervenções no sentido de esclarecer dúvidas e realizado breve debate. A mesa permaneceu
144 seguindo a mesma dinâmica, casos semelhantes, votação em bloco. **Proposta um** – A plenária do 34º
145 Consinasefe acata os recursos apresentados pelas Seções IFBAIANO, IFSC, Sintef/GO e Seção
146 Natal, para o credenciamento de delegado(a)s eleitos na base e encaminha para conferência da
147 comissão. **Proposta dois** – A plenária do 34º Consinasefe rejeita os recursos apresentados pelas
148 Seções IFBAIANO, IFSC, Sintef/GO e Seção Natal. Foi aprovada por contraste visual, a proposta
149 um, com alguns votos contrários e oito abstenções. Em seguida, Marco Lamarão, Seção IF
150 Fluminense informou que a seção decidiu alugar um ônibus para transporte dos delegado(a)s para
151 participar do 34º Consinasefe, o que causou a desistência de alguns delegado(a)s, em função do

3





152

153 longo percurso e duração da viagem. Informou ainda, que ele, Marco e Alice se dispuseram a
154 participar do congresso custeando suas próprias passagens aéreas. Lembrou ainda, a deliberação de
155 Plena que em casos de distâncias superiores a oitocentos quilômetros, as seções devem garantir o
156 transporte aéreo. Neste sentido, Marco solicitou que a plenária aprovasse que os gastos com o
157 deslocamento feito por ele e Alice fossem incorporados ao rateio solidário, a fim de não impactar
158 tanto em seus orçamentos. Após a fala, Marcelo apresentou contrariedade ao recurso apresentado
159 esclarecendo que a decisão da seção em enviar seus delegado(a)s por transporte rodoviário foi
160 aprovada em assembleia da base da categoria. A mesa abriu as defesas contra e a favor e encaminhou
161 avotação. **Proposta um** – A plenária do 34º Consinasefe acata o recurso de Marco Lamarão de que as
162 passagens dele e Alice sejam pagas pela seção e incluídas no rateio solidário do congresso. **Proposta**
163 **dois** - A plenária do 34º Consinasefe rejeita o recurso apresentado por Marco Lamarão de que as
164 passagens dele e Alice sejam pagas pela seção e incluídas no rateio solidário do congresso. Foi
165 aprovada por contraste visual, com votos contrários e dezesseis abstenções, a proposta um, com uma
166 declaração de voto de Marlene Socorro. Ainda nos recursos Ricardo Castilhos, representante da
167 Seção Sindical Colégio Militar de Porto Alegre informou que a seção fez todos os trâmites nos prazos
168 legais, porém, o rateio solidário foi feito com atraso. Neste sentido, solicitou que a plenária avaliasse
169 e que o filiado eleito na base pudesse ser conduzido à condição de delegado. Em seguida, a mesa
170 encaminhou votação: **proposta um** – A plenária do 34º Consinasefe acata o recurso da seção CM
171 de Porto Alegre. **Proposta dois** - A plenária do 34º Consinasefe recusa o recurso da seção CM de
172 Porto Alegre. Sendo aprovada a proposta um com abstenções. A seguir, Jurandir Neto, Seção São
173 Paulo apresentou denúncia relativa à eleição de delegado(a)s ao Consinasefe da seção São Paulo.
174 Segundo Jurandir, o processo se deu por macrorregiões, de forma virtual e teve a duração de
175 aproximadamente cinco horas, além de as assembleias não terem sido conduzidas pela comissão
176 eleitoral e sim candidatos. Destacou também que o processo de votação, muitas vezes demorava em
177 torno de uma hora, excluindo muitos companheiros que não conseguiam permanecer tanto tempo
178 online. Ainda sobre o processo, Jurandir colocou que além de a assembleia ser conduzida por
179 candidatos, esses tinham também o poder de apagar votos. Informou ainda, que encaminhou recurso
180 à comissão eleitoral local, e foi negado e que encaminhou à comissão política do Consinasefe, que
181 solicitou que a denúncia fosse apresentada ao plenário do 34º Consinasefe. Finalizando colocou que a
182 Seção São Paulo trouxe ao congresso vinte e seis delegado(a)s com um processo de eleição duvidoso.
183 A seguir passou a palavra a Élcio para complementação. Não houve acordo que Élcio falasse, pelo
184 fato de o mesmo não ser delegado nem observador. A partir desse momento, foram apresentadas
185 inúmeras questões de ordem, algumas delas no sentido de garantir a fala, pelo solicitante ser filado.
186 As intervenções seguiram com muitas divergências. Ao final, a questão de ordem feita pela Seção
187 São Paulo foi retirada pelos proponentes ea palavra pôde ser concedida a Élcio. Com a palavra Élcio
188 reafirmou o informado por Jurandir e questionou o longo tempo de duração das assembleias.
189 Segundo seu entendimento, o tipo de votação foi irregular, pois não se conseguia comprovar se havia
190 votado ou não. Ainda segundo Élcio, em sua base, Araraquara, alguns votantes não tiveram seus
191 votos validados até o momento. O recurso apresentado por Jurandir foi o de revogação da condição
192 de delegado(a)s de toda a delegação da SeçãoSão Paulo. Em seguida, a mesa abriu as defesas contra e
193 a favor, porém, inúmeras questões de ordem foram apresentadas e a discussão se alongou. Élcio, ao
194 fazer a defesa de sua proposta, em função da confusão estabelecida, reafirmou ter provas de sua
195 denúncia e retirou seu recurso, informando que a questão será encaminhada ao Conselho de Ética
196 para apuração. Seguindo o ponto pendências de credenciamento, Lucas Fernandes, seção Sindical
197 IFSC informou que a assembleia no campus foi realizada, porém a Ata não foi encaminhada em
198 tempo hábil. Nesse sentido solicita que o delegado e o suplente eleitos em assembleia fossem
199 devidamente credenciados. Em seu contraditório Elenira Vilela informou que a Ata foi encaminhada
200 à seção fora do prazo pelo campus e a assembleia de base, entretanto, decidiu por manter os
201 delegados inscritos dos campi que respeitaram o rito e enviaram suasinformações dentro do prazo.

202





203

204 Foi feita ainda a defesa a favor, seguida de várias questões de ordem e pedidos de esclarecimento. Ao
205 final, a mesa colocou em votação a questão de ordem de suspensão do debate por falta de elementos e
206 provas. **Proposta um** – A plenária acata a questão de ordem de suspensão do debate pelos alegados
207 argumentos e por não existirem evidências suficientes para que a plenária julgue. **Proposta dois** - A
208 plenária rejeita a questão de ordem e delibera a continuidade do debate com o confronto de
209 argumentos e encaminhe a votação. Aprovada com votos contrários e abstenções, com uma
210 declaração de voto, a proposta um e o debate foi retirado. A seguir, Ivo Silva, seção IFMT apresentou
211 recurso solicitando que o filiado da seção credenciado como observador fosse conduzido à condição
212 de delegado. Informou que a comissão política vetou o delegado, que foi filiado ao final do mês de
213 dezembro de dois mil e vinte e um, mas que a BISAWEB validou seus depósitos somente em
214 fevereiro. A Seção tentou substituir o delegado, o que não foi possível porque já havia sido feito o
215 rateio solidário. Com a palavra, a comissão esclareceu que foram apresentadas pela seção duas Atas,
216 a primeira não constava o nome do suplente e uma nova Ata com redações divergentes, por isso foi
217 indeferida. Foram feitas as defesas e encaminhada a votação. **Proposta um** – A plenária acata o
218 recurso da seção IFMT. **Proposta dois** – A plenária rejeita o recurso apresentado pela Seção IFMT.
219 Com votos contrários e abstenções foi aprovada a proposta um. Por fim, Marco Vezanni apresentou a
220 solicitação de impugnação de oito delegados da seção IFSC, por terem sido eleitos em seus
221 respectivos campi como suplentes e foram apresentados como delegados na Ata encaminhada à
222 comissão política do Consinasefe. Em seguida, Elenira apresentou a contrariedade argumentando que
223 a conta para atingir o número de delegados é feita por seção e não por campus. Em seguida, foi
224 apresentada questão de ordem no sentido de que o argumento de eleição por campus não
225 procede, pois não há qualquer menção no Estatuto, e sim por Seção Sindical. A mesa acatou a
226 questão de ordem e a discussão foi encerrada. Em seguida, Saulo Campos lembrou que o
227 Regimento Interno do Congresso e o Código Eleitoral já haviam sido aprovados na 172ª Plena e
228 precisariam ser ratificados pela plenária do Congresso, para a legitimidade do mesmo. Nesse sentido,
229 propôs que fosse feita uma votação em bloco ratificando a decisão da 172ª Plenária ou não. Antes da
230 votação, Marcos Dorval solicitou informações sobre a suspensão da testagem de Covid 19 na
231 chegada dos congressistas. A mesa explicou que um dos motivos da imediata suspensão se deu em
232 função de uma informação falsa dada pela empresa que mediava a organização e esclareceu que
233 foram realizados testes durante todo o primeiro dia do Consinasefe. Então, foi apresentado por
234 Dorval o encaminhamento de retomada dos testes e que todos que não fizeram o fizessem e o
235 descredenciamento dos positivados. Em seguida, a comissão eleitoral informou haver contrariedade,
236 pois foi proposto um texto a ser incluído no Código eleitoral, para colher o voto em separado dos
237 delegado(a)s positivo(a)s. Foram feitas algumas intervenções contrárias e a favor e apresentados
238 esclarecimentos por parte da comissão eleitoral. Após, a mesa conduziu a votação. **Proposta um** –
239 Retomada dos testes no segundo dia do congresso, o mais cedo possível. **Proposta dois** –
240 Manutenção da suspensão em função da despesa imprevista, conforme relato da comissão. Por
241 contraste visual foi aprovada por ampla maioria, a retomada dos testes com oito abstenções. A
242 seguir, a comissão eleitoral informou que em reunião com a comissão de infraestrutura foi discutida a
243 viabilidade do voto em separado dos delegados positivados pela Covid 19 e houve consenso quanto a
244 essa viabilidade. Neste sentido, a comissão apresentou a redação do artigo oito, a ser incluída no
245 código eleitoral: *“Haverá uma urna volante específica para atender os casos de delegado(a)s em
246 isolamento por Covid 19, em Brasília, interna ou externamente ao local do evento”*. Após toda
247 leitura e informações necessárias da comissão, Saulo encaminhou a votação. **Proposta um** –
248 Aprovação do Regimento Interno do 34º Consinasefe e do Código eleitoral, conforme aprovado na
249 172ª Plena, apenas com a inclusão do inciso oito no código eleitoral, no que se refere à estrutura
250 para votação dos delegado(a)s positivados. **Proposta dois** – Não aprovação do Regimento Interno do
251 34º Consinasefe e do Código eleitoral. Por contraste, com um voto contrário e uma abstenção a
252 plenária ratificou o regimento Interno e o Código Eleitoral, conforme aprovado na 172ª Plena, apenas
253 com a inclusão proposta pela comissão eleitoral. Logo após, a Comissão Eleitoral, composta por um

5





254

255 representante das chapas que compõem a atual Direção Nacional fez breve histórico do trabalho
256 desenvolvido, a partir da 170ª Plena. Destacou o empenho e a seriedade da Comissão de
257 infraestrutura do congresso, que deu todo apoio e suporte necessários à Comissão Eleitoral. Ao final,
258 a comissão eleitoral fez um apelo pela apresentação de cinco voluntários do plenário para ajudar
259 durante a eleição. Saulo, enquanto mesa expressou todo o respeito da DN à Comissão Eleitoral e
260 parabenizou pelo excelente trabalho. Encerrando a Plena a mesa lembrou que os trabalhos do dia
261 seguinte seriam retomados às nove horas, com a mesa de conjuntura. Assim, à 1h40min foi
262 encerrado o primeiro dia do 34º Consinasefe. **O segundo dia** do congresso teve início às 9h40min. A
263 mesa foi coordenada por Carlos David Lobão e Elenira Vilela. Após saudação da direção nacional ao
264 plenário, foram convidados a compor a mesa os expositores para o ponto Análise de Conjuntura, na
265 seguinte ordem: Virginia Maria Fontes, professora da Universidade Federal Fluminense, José
266 Genoíno Neto – Partido dos Trabalhadores, Valério Arcary, professor do Instituto Federal de São
267 Paulo e Fran Rebelatto, professora da UNILA (Andes SN). A seguir, conforme sorteio, as
268 explicações foram feitas na seguinte ordem: Virgínia Fontes, que apresentou uma explanação sobre
269 o programa da classe trabalhadora. Ainda na conjuntura, a seguir a palavra foi concedida a José
270 Genoíno, seguido de Valério Arcary e por fim, Fran Rebelatto. Encerradas as intervenções, foi feita a
271 exibição de vídeo, com a saudação de Fernando Rodal, presidente da CEA aos congressistas. A
272 seguir, David Lobão convidou os representantes das teses sobre conjuntura para iniciar suas
273 apresentações. Os representantes tiveram o tempo de três minutos para as apresentações, como segue:
274 **tese um** “Não há capitalismo sem racismo”, **tese dois** “O Sinasefe combate a LGBT+Fobia”,
275 **tese três** “Por uma militância sem assédio e um sindicato que não tolere a violência”, **tese**
276 **quatro** “Derrotar o neofascismo e lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores: é tempo de
277 resistência e luta!”, **tese cinco** “Crise econômica e pandêmica: capitalismo descarrega sua crise
278 sobre as costas dos trabalhadores e as direções sindicais e políticas colaboram com capitalistas e
279 governos”, **tese seis** “Uma retomada da nossa história, após o fora Bolsonaro”, **tese sete** “Por um
280 movimento sindical, combativo e com luta de classe no Sinasefe”, **tese oito** “O papel do Sinasefe na
281 defesa do estado democrático de direito”, **tese nove** “A unidade sindical primeiro de maio e a
282 busca de uma nova orientação para o Sinasefe” **tese dez** “Sinasefe na luta contra todas as formas
283 de opressão e discriminação: pela liberdade de ser quem se é! E ponto! **tese onze** “O capitalismo em
284 crise, guerras e fome”, **tese doze** “O golpe, pandemia e o agravamento das condições de vida da
285 classe trabalhadora brasileira”, **tese treze** “Diante da precarização e desmonte do serviço público
286 federal, o fora Bolsonaro nos impulsiona a tomar de vez as ruas”, **tese quatorze** “O supermilitante:
287 uma reflexão sobre o personalismo no Sinasefe”, **tese quinze** “100 anos de luta anticapitalista! Viva
288 a classe operária internacional!, **tese dezesseis** “Construir no Sinasefe um polo por uma alternativa
289 socialista e revolucionária”, **tese dezessete** “Sinasefe como instrumento de luta dos educadores
290 federais e da classe trabalhadora brasileira”, **tese dezoito** “Tese sobre conjuntura do coletivo Pão e
291 Rosas para o 34º Consinasefe”, **tese dezenove** “Tese sobre conjuntura nacional – 34º Consinasefe”,
292 **tese vinte** “Sinasefe unido independente democrático e de lutas”. Finalizadas as apresentações das
293 teses sobre conjuntura, a palavra retornou, em ordem inversa, aos convidado(a)s, para as suas
294 considerações finais. Finalizadas as intervenções do(a)s palestrantes, a mesa informou a dinâmica
295 para a parte da tarde e em seguida os trabalhos foram suspensos para o almoço, com previsão de
296 retorno para 14h30min. O retorno da parte da tarde se deu no horário combinado. Coordenaram a
297 mesa Denilza Frade - Seção Sinasefe São Paulo e Leonardo Victor Dias - Seção Sinasefe Sergipe
298 (IFS), que após saudação ao plenário e dando continuidade à pauta convidaram a compor a mesa os
299 debatedores para a mesa sobre Educação, que fizeram suas explicações na mesma ordem: Professor
300 Dante Henrique Vieira, professor do IFRN, Maria Raquel Caetano – docente do Instituto Federal de
301 Educação, Ciências e Tecnologia Sul – Rio – Grandense, Professor Ricardo e Professora Carla Jardim.
302 Antes da fala da professora Carla Jardim, a mesa pediu a compreensão de todos e todas, pois em
303 função do horário de vôo, o Prof. Dante precisaria fazer uso da palavra para suas considerações
304 finais, antes da Profª Carla Jardim. Assim dói feito, e em seguida o debate continuou e a palavra foi

6





305

306 concedida à professora EBTT do IFFar, Carla Jardim. Encerradas as intervenções dos convidados,
307 Leonardo Victor coordenando a mesa, convidou a representante da FENET, Ana Luíza, coordenadora
308 - geral da FENET que saudou e parabenizou os congressistas e convidou a todo(a)s a estarem sempre
309 unidos com os grêmios de seus campi para fortalecer a luta. Logo após, foi iniciada a apresentação
310 das teses sobre Educação, como segue: **tese um** – “Educação e Democratização”, **tese dois** –
311 “Políticas para a Educação sob o governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de
312 professores”, **tese três** – “Políticas de ensino, pesquisa e extensão”, **tese quatro** – “Por uma
313 assistência estudantil para além do assistencialismo”, **tese cinco** – “Civilizar os Colégios Militares!
314 Unificando a luta da Rede Federal com a Rede do Ministério da Defesa”, **tese seis** – Percepção dos
315 servidores técnicos – administrativos em Educação do IF Farroupilha – Sobre o programa de gestão
316 teletrabalho”, **tese sete** – Espaços políticos para ocupar”, **tese oito** – “Educação em tempo de
317 pandemia”, **tese nove** – Educação não é mercadoria! O Sinasefe ea educação que queremos”, **tese**
318 **dez** – “Colégios militares: funcionamento e relacionamento com os servidores civis”, **tese onze** –
319 Tese sobre a questão negra para o 34º Consinasefe”, **tese doze** – “Tese sobre a Educação do coletivo
320 Pão e Rosas para o 34º Consinasefe (2022)”, **tese treze** – “Tese sobre opressões 34º Consinasefe”,
321 **tese quatorze** – “Defesa do ensino médio integrado e da formação humana integral”, **tese quinze** –
322 “Reforma do ensino médio: um combate necessário pela emancipação da classe trabalhadora”, **tese**
323 **dezesesseis** – “Plano de lutas dos IFs: responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo,
324 intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas”, **tese dezessete** – Tese de Educação da
325 Unidos pra Lutar ao 34º Consinasefe”. Encerradas as apresentações, a palavra retornou aos
326 convidados, em ordem inversa, para as considerações finais. Superado o ponto, Denilza agradeceu
327 a participação dos convidados pela rica contribuição e deu por encerrados os trabalhos em plenário
328 do segundo dia de congresso, informando que a seguir seriam realizadas as reuniões dos coletivos. O
329 **terceiro dia** de congresso teve início às dez horas. A mesa foi composta pelos coordenadores Carlos
330 Magno e David Lobão. Antes do início da pauta, João Carlos Cichaczewski, delegado da Seção
331 Sindical IFSC, fez breve relato sobre a situação vivida pelas cerca de cem famílias da ocupação
332 Carlos Marighella, que vêm desde a última terça-feira sofrendo ataques de grupos fascistas
333 organizados, armados. Há uma vigília permanente no espaço. Na última sexta – feira saiu o pedido de
334 reintegração de posse do local. João informou ainda, que o coordenador da seção IFSC,
335 disponibilizou sua conta para receber doações para essas famílias e foi colocado como réu na ação de
336 reintegração de posse. Neste sentido, João solicitou que o congresso aprovasse o acompanhamento
337 jurídico nacional ao companheiro, garantindo assim a defesa de Vitor Sales, militante que tem
338 acompanhado e apoiado as famílias que estão lutando por moradia. David Lobão lembrou que
339 a prática de solidariedade do Sinasefe envolvendo a assessoria jurídica sempre foi presente e
340 consultou o plenário sobre o encaminhamento de João, que aprovou por unanimidade o apoio jurídico
341 nacional ao companheiro. Superada a questão, Lobão informou ao plenário o acordo feito entre as
342 chapas, para um melhor andamento dos trabalhos. Foi consenso três temas para as discussões, foram
343 eles: greve, eleições presidências e questões envolvendo a empresa que mediou a organização do
344 Consinasefe. Inicialmente foram acordadas vinte intervenções da seguinte forma: uma fala para cada
345 representante das chapas concorrentes à Direção Nacional, perfazendo um total de sete falas e mais
346 treze inscrições destinadas ao plenário. Caso sejam feitas mais de treze inscrições, seria realizado
347 sorteio, tanto para o ponto conjuntura quanto para o ponto Educação, sistematização das propostas e
348 votação em plenário. Em seguida, o plenário votou e aprovou com um voto contra e algumas
349 abstenções. Em seguida, Marlene Socorro sugeriu que uma representação feminina integrasse a
350 mesa coordenadora dos trabalhos. Isto feito, Ana Bastos, seção Pimenta Bueno compôs a mesa. A
351 seguir Lobão convidou as chapas para realizar o sorteio da ordem das intervenções. A seguir foi
352 iniciado o debate sobre o primeiro ponto acordado: **Greve Por Tempo Indeterminado dos**
353 **trabalhadores da Educação**. A seguir, foram iniciadas as intervenções dos representantes de cada
354 chapa, conforme sorteio: 1) Sonhare Lutar - David Lobão e Michel Torres; 2) MLC - Camila. 3) MI -
355 Matheus e Dorval. 4) SPL - Williamis 5) Unir e Prosseguir na Luta – Felipe Acácio. 6) MEP –

7





356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407

Solange. 7. Primeiro de Maio - Marlene Socorro e Daniel Neri. Após a última fala, a mesa constatou que cometeu um equívoco com relação à paridade de gênero, que não foi contemplada no sorteio e propôs a realização de novas inscrições e novo sorteio contemplando a paridade de gênero. Não houve acordo. Então, a mesa encaminhou a seguinte votação: **proposta um** – Mantém a proposta inicial, com novo sorteio respeitando a paridade de gênero. **Proposta dois** – Todos os inscritos poderão fazer suas intervenções. Após votação, foi aprovada com votos contrários e duas abstenções a proposta um. Em seguida, a mesa abriu as inscrições, separando homens e mulheres e foi feito o sorteio garantindo a fala de sete mulheres e seis homens do plenário. Após o anúncio dos nomes, foram iniciadas as treze intervenções do plenário sobre o tema Greve Por Tempo Indeterminado. Encerradas as falas, não houve acordo nas propostas sistematizadas pela mesa quanto à deliberação da greve. Foram feitas inúmeras questões de ordem e um clamor para ouvir a assessoria jurídica do Sinasefe sobre as dúvidas apresentadas nas diversas intervenções. Ao final David Lobão ressaltou que durante as falas a mesa colheu duas propostas: 1. O 34º Consinasefe delibera greve do Sinasefe, a partir do dia 16/05, conforme deliberação da última Plena. 2. O 34º Consinasefe delibera por greve da Educação (Andes/Fasubra e Sinasefe) iniciada em data acordada em reunião ampliada dessas entidades que será realizada no dia vinte e um de maio. Não houve acordo de boa parte do plenário por entender que a greve já havia sido deliberada pela categoria e não poderia ser deliberada pelo congresso novamente e que a reunião ampliada do dia vinte e um não será deliberativa, acordo feito entre as entidades previamente. Várias intervenções nesse sentido foram feitas; foi instalada uma polêmica em plenário, uma vez que algumas Seções já deliberaram suas datas de deflagração e foi solicitada a presença da assessoria jurídica para esclarecer sobre o fórum de deliberação de greve. Assim foi feito, Dr. Valmir, advogado do Sinasefe Nacional informou que a mesma instância que delibera greve é a mesma que encerra, no caso do Sinasefe é tradição que as greves sejam deliberadas nas Plenas nacionais, entretanto, isso não inviabiliza a discussão sobre o tema pelo congresso da categoria. A partir da explanação de Valmir, David Lobão propôs um acordo, em respeito às bases que deliberaram pela greve a partir de segunda – feira (16/05): retirada do ponto da pauta do 34º Consinasefe, manutenção da posição da Plena e, imediata instalação do Comando Nacional de Greve com dois representantes das seções em greve, a partir do dia 16 de maio, em Brasília e que a direção eleita pelo 34º Consinasefe convoque nova Plena para discutir e avaliar o movimento. A seguir, encaminhou a votação do mesmo, que foi aprovado com alguns votos contrários e abstenções. Aproveitando o ensejo da discussão sobre greve, a mesa propôs que o próximo ponto a ser apreciado fosse o item seis da pauta do congresso: Mudança estatutária proposta pela AJN. O Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, nº 50, terça-feira, 15 de março de 2022. Sobre a questão, a mesa informou que foi observada pelos companheiro(a)s da seção Pará, uma falha no estatuto que contraria a Lei de Greve. Nesse sentido foi feito um acordo na Direção Nacional para apresentar apenas essa alteração ao congresso com o objetivo de corrigir o estatuto, no que diz respeito à Lei de Greve Greve e evitar riscos de discussão judicial sobre legalidade do movimento grevista. Em seguida com a palavra Dr. Valmir Vieira de Andrade, assessor jurídico nacional, informou ao Plenário que a Lei nº 7.783, de 1989, dispõe sobre o exercício do direito de greve da iniciativa privada. Essa lei restou aplicada aos servidores públicos através de decisão do Supremo Tribunal Federal ao apreciar os Mandados de Injunção 670/ES, 708/DF e 712/PA, concedendo efeito erga omnes às suas decisões. Significa dizer que as normas aplicadas aos casos julgados devem reger o exercício de greve de todos os servidores públicos até o momento em que ocorra a edição de legislação específica sobre greve para os servidores públicos. Destacou que o artigo 4º da referida Lei de Greve preconiza no artigo 4º que incumbe à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços. Ainda, o estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e quórum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve. Conforme se observa, a legislação que rege a paralisação coletiva da prestação de serviços determina que os estatutos das entidades sindicais contenham algumas regras para deliberação de greve. Valmir Vieira informou, ainda, que a tese estatutária e proposta que consta do caderno de teses, não pretende causar ingerência





408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

ou interferência nas greves da categoria e ressaltou ser o mínimo possível apenas para cumprimento legal. Em seguida, fez a leitura da redação proposta pela AJN, de inserção do Art.18 no Estatuto do Sinasefe: “**Art. 18.** Quando se tratar de definir as reivindicações da categoria e deliberar sobre greve, será da competência da Plenária Nacional - PLENA, que transformar-se-á em Assembleia Geral. §1º - A convocação para deliberar sobre greve deverá observar o prazo mínimo de 05 (cinco) dias, mediante envio de Edital de Convocação às Seções Sindicais e divulgação nos meios de comunicação do SINASEFE. §2º - O quórum para deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve, será de 50% mais 01 dos votos válidos dos delegados e delegadas presentes no Plenário”. Foram feitas algumas intervenções dos presentes e a mesa encaminhou a votação. Feita a votação, a proposta de inclusão estatutária foi aprovada por ampla maioria, algumas abstenções com uma declaração de voto. Ainda, deliberou e autorizou que a Assessoria Jurídica realize os ajustes necessários no texto, de acordo com o discutido e deliberado, bem como inserção no Estatuto, para fins de efetivo cumprimento da disposição legal da citada lei. Ainda, serão reenumerados os demais artigos do Estatuto. Logo após, Valmir Vieira mencionou a possibilidade de exclusão do atual artigo 82, que previa: “O atual Conselho de Ética tem seu mandato prorrogado até o próximo CONSINASEFE ELEITORAL”, pois aconteceu as eleições neste 34º Consinasefe e esse dispositivo transitório perdeu vigência. Em seguida teve início o ponto “Eleições presidenciais”. A mesa propôs e teve acordo do plenário, que fosse adotado a mesma metodologia do ponto anterior. Abertura para intervenções das sete chapas sobre o tema e treze inscrições para o plenário, obedecendo ao critério da paridade de gênero. Assim foi feito. Após o sorteio, Magda Furtado, representante do coletivo **MI Classista**, iniciou as intervenções, seguida de Matheus - **Primeiro de Maio**, Maíra - **Sonhar e Lutar**, William Carvalho e Williamis Vieira - **SPL, Movimento Luta de Classe - MLC, MEP**, Ricardo Eugênio e Pedro Peixe - **MEI**. Após as falas iniciaram - se as treze intervenções do plenário, conforme sorteio. Ao final, a mesa apresentou os dois encaminhamentos apontados durante as intervenções; não houve consenso de votação naquele momento, em função do esvaziamento do plenário. Foram feitas diversas intervenções sobre o impasse e a mesa apresentou proposta de acordo de suspensão dos trabalhos, retorno às quinze horas com a imediata votação sobre o tema das eleições presidenciais e um teto até as dezesseis horas para tratar da questão a sobre os problemas ocorridos com relação à infraestrutura do congresso. Houve concordância do plenário e os trabalhos foram suspensos para o almoço. A parte da tarde do 34º Consinasefe foi retomada às 15h15min. A mesa permaneceu sob a coordenação de Ana Bastos, Carlos Magno e David Lobão. Conforme acordado antes do almoço, a mesa passou imediatamente à votação das propostas apresentadas durante o debate sobre as eleições presidenciais. **Proposta um** – Eleger Lula para derrotar Bolsonaro. **Proposta dois** – Nenhum voto em Bolsonaro. Por ampla maioria e algumas abstenções, o 34º Consinasefe deliberou pela consigna “Eleger Lula para derrotar Bolsonaro”, com uma declaração de voto de Magda Furtado. Superado o ponto, a mesa passou ao comando da comissão de organização do congresso, com a participação da assessoria jurídica da entidade nacional, para dar início à discussão do golpe estelionato aplicado pela empresa mediadora da organização do congresso. Com a palavra Marco Vezanni (Firmes), fez a apresentação dos demais integrantes da comissão: Fernanda Rosá (MI), Aloísio Coelho (1º de Maio) Weliton Clay (SPL) e Paulo (Pão e Rosas), compôs também a mesa o primeiro tesoureiro José Luiz Papa (CAF). A seguir, Vezanni e demais integrantes da comissão fizeram todo um detalhamento da trajetória do trabalho da Comissão ao longo desses sete meses, até a constatação do golpe aplicado pela empresa, no início das hospedagens no hotel. Foi informado que o contrato só foi assinado após análise da assessoria jurídica. Com a palavra, Dr. Valmir esclareceu que foram analisados pela assessoria apenas os aspectos formais do contrato e que o mesmo foi devolvido com algumas observações e, desde então não mais foi solicitado à AJN qualquer outra demanda. Nos informes da comissão foi destacado que dentre todos os hotéis visitados, o Royal Tulip foi o que ofereceu as melhores condições para receber o evento. A comissão destacou ainda, que foram seguidos os mesmos padrões de organização de congressos anteriores e que somente a partir do dia onze começaram a surgir alguns problemas com a execução de algumas demandas por parte da empresa. Após as informações da organização e do fato ocorrido, Dr. Valmir retomou a palavra e

9





460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511

explicou que após constatação dos fatos, foi iniciada uma conversa com a representante da empresa, para que a mesma apresentasse os comprovantes do que já havia sido quitado, conforme contrato. Porém, a mesma se recusou a apresentar. Assim sendo, a assessoria elaborou um termo de reconhecimento e confissão de dívida, o qual a mesma, após muita discussão assinou. Explicou ainda, que o termo é importante para o aspecto cível, pois facilitará a adoção de medidas como o pedido de ressarcimento, indenização, além de ser importante para se propiciar uma execução extrajudicial, o que ocorre muito mais rápido quando assinado por duas testemunhas. No aspecto penal, a DN foi orientada a fazer o registro de boletim de ocorrência, que foi feito no dia seguinte à constatação dos fatos. Valmir ressaltou que ao chegarem à delegacia no dia seguinte, já havia sido registrado um Boletim de Ocorrência. Em função disso, não seria possível o registro de outro BO. Após a leitura do Boletim registrado foi feita uma complementação pelo advogado. Dr. Valmir informou também que na próxima semana se reunirá com a nova Direção Nacional para ver as iniciativas cíveis e penais a serem adotadas daqui em diante. A seguir, Luis Vagner sócio do escritório Wagner & Advogados Associados complementou que acompanhou o processo e houve uma opção entre se investir na confissão de dívida ou um flagrante policial, porque uma coisa excluiria a outra. E foi avaliado pela assessoria que seria mais importante tentar abreviar ao máximo a possibilidade de se obter um ressarcimento do prejuízo econômico sofrido pelo sindicato, ea confissão de dívida evita que seja necessário entrar com Ação Judicial, o que pode demorar muitos anos somente para se discutir se é devido ou não alguma coisa, para que depois se entre com a execução. Nesse caso, a execução já pode ser feita na próxima semana. A seguir, Camila Marques, coordenadora – geral complementou informando que esteve, enquanto direção, juntamente com a comissão, Dr. Valmir e David Lobão na Delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência. Ao chegar lá foram surpreendidos, pois o Boletim já havia sido feito, por Carlos Magno, com o registro de dois crimes: o de estelionato e o de falsidade ideológica, pois o declarante, Carlos Magno, alegou que a sua assinatura no contrato não foi autorizada. Camila informou ainda, que o nome dos quatro funcionários do administrativo do sindicato, também foi citado por Carlos Magno, porque também os mesmos têm acesso à assinatura eletrônica do coordenador. Camila registrou à plenária, que comunicou aos funcionários que seus nomes constavam no Boletim de Ocorrência e lamentou a iniciativa do coordenador e que se colocou à disposição como testemunha, caso estes sejam envolvidos futuramente na questão. A seguir, Carlos Magno esclareceu que o nome dos funcionários consta no Boletim, em função do interrogatório do delegado que questionou quem tinha acesso à assinatura, mas que de antemão, colocou ao delegado, que os funcionários têm como protocolo quando precisam utilizar a assinatura, informá-lo com antecedência e encaminhar o documento para seu conhecimento. Magno esclareceu ainda que foi até a Delegacia, justamente pelo fato de sua assinatura estar em um contrato do qual ele só tomou conhecimento após o fato consumado, no último dia onze de maio. Concluindo, Carlos Magno informou que o contrato foi assinado em um plantão que não era o seu e que em nenhum momento teve a intenção de prejudicar os funcionários e que tudo que fez foi para preservar sua dignidade. A seguir, foram feitas algumas questões de ordem, no sentido da não abertura do ponto. William Carvalho, com a palavra, lembrou que solicitou no início do congresso, que a questão fosse pautada e houve acordo do plenário naquele momento, portanto, discutir a questão era pertinente. Ressaltou que o fato é grave e precisa ser apurado. Na qualidade de ex-coordenador do Sinasefe colocou que nunca o Sinasefe depositou valores na conta de terceiros para intermediar pagamento de qualquer coisa relacionada aos seus eventos e reafirmou que a posição do SPL é a de apuração imediata e minuciosa dos fatos. A seguir, em função do avançado da hora, o que poderia comprometer o processo eleitoral, Elenira Vilela apresentou proposta acordada com todas as chapas que compõem a DN, no sentido de agilizar a discussão: de que a Direção Nacional eleita constitua uma comissão com representação de todas as chapas, com um prazo inicial de trinta(30)dias, para apurar todas as informações, analisar documentos, confirmar fatos, ver quais foram realmente os problemas, os prejuízos, os erros, as propostas de organização e ouvir pessoas. A partir disso montar um relatório detalhado, que deverá ser apresentado e votado em uma plena, contendo documentos, as apurações, os erros, os prejuízos, bem como propostas que possam minimizar as perdas e resolver os problemas apontados. Além disso, caso

10





512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563

sejam encontrados elementos que possam configurar falta de decoro e venham ferir a ética, que a comissão encaminhe ao Conselho de Ética. Antes da apreciação do plenário, David Lobão pediu direito de resposta por ter sido citado por Carlos Magno em sua intervenção. Em sua fala, David Lobão afirmou que não utilizou e nem tão pouco foi responsável pela assinatura de Carlos Magno no contrato com a empresa. Logo após, a mesa submeteu o encaminhamento de Elenira ao plenário e iniciou a votação consultando os favoráveis e contrários ao encaminhamento apresentado. E, com alguns votos contrários e abstenções, foi aprovado seguinte encaminhamento: O 34º Consinasefe aprova a constituição de uma comissão composta por um membro de cada chapa que compõe a Direção Nacional, com o prazo inicial de trinta (30) dias, podendo ser prorogado, para apurar os fatos ocorridos na organização do congresso e apresentar um relatório detalhado contendo todas as informações apuradas, apontando os erros, os prejuízos e, ao mesmo tempo, propostas que possam minimizar as perdas e resolver os problemas encontrados. Se durante a apuração, a comissão encontrar elementos que venham ferir a ética ou o decoro, que encaminhe imediatamente ao Conselho de Ética do Sinasefe. Após a votação o debate foi suspenso e a Comissão de Organização do Terceiro Encontro Nacional de Mulheres assumiu a mesa. Inicialmente, Fernanda Rosá informou que a empresa que mediava a organização do Consinasefe era a mesma que estava ajudando na organização do 3º Encontro de Mulheres, porém, até o momento, felizmente não havia sido feito qualquer repasse de valores a mesma. Porém, em função do ocorrido, a comissão, em conversa com o financeiro do sindicato, concluiu que não será possível a realização do 3º Encontro em junho de dois mil e vinte e dois, como programado e decidiu propor nova data, adiando o evento para o mês de setembro do corrente ano, no período de oito a onze de setembro. Na sequência, Rafaella Florêncio colocou que, a partir das experiências vividas no 34º Consinasefe, a comissão entende que todos os valores informados pela empresa sobre a infraestrutura do 3º Encontro foram superfaturados, o que faz com que a comissão tenha que refazer o que já havia sido iniciado. Outra questão levantada por Rafaella é o que fazer com as seções que já compraram as passagens para o Encontro de Mulheres. Sobre isso, Rafaella colocou que o mesmo que foi feito no Fórum Social Mundial, negociar para deixar as passagens em aberto ou já fazer a alteração. Em seguida, a comissão informou que a programação do 3º Encontro está mantida e que na próxima semana serão publicados e encaminhados às seções Sindicais os novos prazos. Porém, será necessário rever os nomes indicados para confirmação em função da disponibilidade das palestrantes para a nova data, mas que será feito todo um esforço no sentido de manter todas as deliberações e sugestões construídas coletivamente. Foi destacada ainda a importância de que as Seções garantam a presença das técnicas, docentes, terceirizadas e funcionárias das seções e que garantam que todos os informes cheguem às companheiras. Após as explicações da comissão, o debate foi aberto ao plenário, com as inscrições se encerrando na primeira fala. Durante as intervenções houve uma nova proposta de data. Antes da apresentação, a Comissão Eleitoral solicitou espaço para informar o novo cronograma para garantir que a eleição para a nova direção ocorra, em função do atraso provocado pelos contratemplos no início do congresso. Diego fez a leitura e submeteu os novos prazos à apreciação do plenário: apresentação das candidaturas ao Conselho Fiscal e Conselho de Ética - das 17h30min às 17h50min. Debate entre as chapas concorrentes à Direção Nacional – das 18h às 19h30min votação às 20 às 22h, reduzindo o tempo em trinta minutos. A seguir, a mesa colocou em regime de votação. **Proposta um** – A plenária acata a proposta com os novos horários apresentados pela Comissão Eleitoral. **Proposta dois** - A plenária mantém cronograma anterior e não acata a proposta com os novos horários apresentados pela Comissão Eleitoral. Sendo aprovada por unanimidade a proposta um. A seguir, a comissão de organização do 3º Encontro Nacional de Mulheres deu continuidade ao debate acerca da mudança de data do Encontro. Foram feitas algumas falas e apresentada nova proposta de data. Encerradas as intervenções a comissão acatou a sugestão de transferência para o terceiro final de semana de agosto de dois mil e vinte e dois. A seguir Rafaella submeteu a proposta ao plenário feminino do congresso, que aprovou com alguns votos contrários e abstenções, a realização do 3º Encontro Nacional de Mulheres do Sinasefe no terceiro final de semana do mês de agosto, em Fortaleza/CE. Na sequência, a Comissão Eleitoral assumiu a condução da mesa para apresentação do artigo 25º, que trata da eleição do Conselho Fiscal e





564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615

deu algumas explicações acerca do processo. Em seguida convidou os **candidatos ao Conselho Fiscal** para fazerem suas apresentações, na seguinte ordem: Amarildo Jobim Campos Neves/IFMT, Eulálio José do Lago Costa/IFCE, José do Nascimento Junior/IFCE, Paulo Marconi Linhares Mendonça/ Sindsifce, Victor Braz Iturriet /IFSUL e Silvio Márcio Montenegro Machado / IF Baiano. Encerradas as apresentações do Conselho Fiscal, a mesa fez a leitura do artigo vinte e seis e deu as explicações necessárias. Em seguida, Paulo Linhares solicitou a palavra e informou ao plenário que estava declinando da candidatura ao Conselho Fiscal, por ser coordenador financeiro de sua seção Sindical, Sindsifce. Em seguida a mesa iniciou a chamada para as apresentações dos candidatos ao **Conselho de Ética**: Carlos Henrique Xavier/IFSP, Dione Cabral/ IFSP, Elizabeth Soares Dutra/ Sindscope, José Ferreira de Sousa/IFPB, Maria Oséia Bier/IFMT, Natália Salan Marpica/ IFSP, Paula de Jesus Marques/IFBA, Saulo Daniel Campos de Oliveira/ IFBA, Aniceto Rodrigues Pereira/ IFPB. Encerradas as apresentações do Conselho de Ética a comissão fez os esclarecimentos finais e encerrou a primeira etapa do processo eleitoral em plenário. Às 18h35min a Comissão Eleitoral retomou a coordenação da mesa para dar início ao debate entre as chapas concorrentes à Direção Nacional e convidou para compor a mesa três representantes de cada chapa inscrita. Informou também que ao todo foram inscritas sete chapas. Isto feito, a comissão fez a apresentação de cada chapa – **Chapa 1** – MEP – Movimento Por uma Escola Popular. **Chapa dois** – Sonhar e Lutar. **Chapa três** – SPL - Sinasefe Para Lutar. **Chapa 4** – Unir e Prosseguir na Luta. **Chapa 5** – Movimento Luta de Classes/MLC. **Chapa 6** – 1º de Maio. **Chapa 7** – MI Classista. Em seguida, fez a leitura da formatação dos critérios para o debate e informou a ordem das intervenções de cada chapa, que foi definida em sorteio previamente realizado na presença de todas as chapas. SPL, Sonhar e Lutar, Movimento Luta de Classes, 1º de maio, Unir e Prosseguir na Luta, MI Classista e MEP – Movimento Por uma Escola Popular. As chapas tiveram o tempo de três minutos para suas considerações iniciais. Assim, foi iniciado o segundo bloco, constituído de perguntas livres entre as chapas. Seguindo o sorteio, as perguntas foram feitas na seguinte ordem: SPL para Sonhar e Lutar; Sonhar e Lutar para 1º de Maio, MI Classista para o MEI, Unir e Prosseguir na Luta para o MI Classista, MLC para o SPL, MEP para o MLC e 1º de maio para o MEP. Após a rodada de perguntas entre as chapas, foi iniciado imediatamente o terceiro bloco que consistia que as chapas respondessem as perguntas da Plenária, que mais uma vez seguiu a ordem do sorteio feito pela manhã: MI Classista, 1º de Maio, MEP, SPL, Unir e prosseguir na luta, MLC – Movimento Luta de Classe e Sonhar e Lutar. Encerrando o debate a terceira etapa, as chapas passaram às considerações finais, também de acordo com o sorteio: SPL, Sonhar e Lutar, Unir e Prosseguir na Luta, 1º de Maio, MI Classista, MLC e MEP. Encerrado o debate, a comissão eleitoral agradeceu a presença de todas e todos e encerrou os trabalhos em plenário do terceiro dia do 34º Consinasefe, convocando os(as) delegado(a)s a se encaminharem ao local de votação, que seria iniciada às 21 horas. No quarto e último dia de congresso, a parte da manhã foi dedicada às reuniões das chapas para a distribuição de cargos e confecção da Ata de eleição e posse, pela AJN, dos novos membros eleitos para a Direção Nacional, Conselho Fiscal e Conselho de Ética do SINASEFE - Biênio 2022/2024. Às 12h30min, as delegadas Ana Leide - Sintiefal e Samanta - IFES apresentaram Carta de repúdio em nome de todas as mães presentes ao 34º Consinasefe, à organização do evento e à Direção Nacional, pelas falhas na estrutura quanto ao acolhimento das mães e suas crianças durante o evento. A carta, após lida por Ana Leide foi aprovada por aclamação e será publicada no site oficial do Sinasefe e nas redes sociais da entidade. Em seguida, após serem cumpridos todos os prazos do cronograma do processo eleitoral e não havendo impugnações e recursos, o Presidente da Comissão Eleitoral, Lauri João Marconatto, juntamente com demais integrantes da Comissão, às 13h00 do dia 15 de maio assumiram a mesa do 34º CONSINASEFE e deram posse aos eleitos, iniciando pelo **Conselho de Ética**: **Titulares**: Saulo Daniel Campos de Oliveira, Dione Cabral, Maria Oseia Bier, Elizabeth Soares Dutra e José Ferreira de Sousa. **Suplentes**: Natália Salan Marpica, Paula de Jesus Marques, Aniceto Rodrigues Pereira e Carlos Henrique Xavier Endo. A seguir, foram empossados os membros do **Conselho Fiscal**: **Titulares**: José do Nascimento Júnior, Eulálio José do Lago Costa e Victor Braz Iturriet. **Suplentes**: Amarildo Jobin Campos Neves, Silvio Márcio Montenegro Machado e Paulo Marconi Linhares Mendonça, que apresentou Termo de





**SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988

FILIADO À:



616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647

Renúncia antes da posse. A seguir a comissão empossou a **nova Direção Nacional do Sinasefe – Biênio 2022-2024**, que passou a ter a seguinte composição: **Coordenação Geral** - Carlos David de Carvalho Lobão, Maria Artemis Ribeiro Martins e Elenira Oliveira Vilela. **Coordenação de Administração e Finanças - CAF: Secretária Geral:** Rita Sidmar Alencar Gil, **Primeiro Tesoureiro:** - Diego Rodolfo Simões de Lima, **Segunda Tesoureira** - Denilza da Silva Frade. **Coordenação de Pessoal: Docente** - Antonildo Santos Pereira; **Técnico - Administrativo-** Lucrécia Helena Iacovino; **Aposentados** – Odemir Vieira. **Coordenação de Comunicação: Secretário** – Daniel da Mota Neri, **Secretária Adjunta** – Tânia Regina Barbosa de Sousa. **Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais: Secretário** – João Carlos Cichaczewski, **Secretário Adjunto** – Manoel José Porto Júnior. **Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais - Secretário:** Rafael Bernardo Silveira, **Secretária Adjunta** – Andreia Pereira Moraes. **Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho: Secretário:** Ivo da Silva, **Secretária Adjunta** – Larissa Leal Neves. **Coordenação de Política para as Mulheres: Secretária** – Maíra Ferreira Martins, **Secretária Adjunta** – Fernanda Rosá. **Coordenação de Combate às Opressões: Secretária** - Camila Ribeiro de Oliveira Félix. **Secretário Adjunto:** Stânio de Sousa Vieira. **Coordenação de Inclusão e Acessibilidade - Secretária** - Luísa Ramos Senna Souza, **Secretária Adjunta** – Sônia Regina Adão. **Suplentes da Direção Nacional:** Vitor Sales Dias da Rosa, Flávia Hiromi Takahashi, Marcelo Teixeira da Silva, Yuri Deleon Buarque Magalhães de Souza. Para eleições da Direção Nacional foram registrados 439 (quatrocentos e trinta e nove) votos válidos, 14 (catorze) abstenções, 03 (três) votos nulos e 02 (três) votos em branco. O resultado final do pleito eleitoral para a Direção Nacional em ordem decrescente foi o seguinte: Chapa 02 - “Sonhar e Lutar” - 153 (cento e cinquenta e três) votos, Chapa 06 - “1º de Maio” - 67 (sessenta e sete) votos, Chapa 01 - “MEP - Movimento por uma Escola Popular” - 66 (sessenta e seis) votos, Chapa 03 - “SPL: Sinasefe para Lutar” - 65 (sessenta e cinco) votos, Chapa 04 - “Unir e Prosseguir na Luta”- 34 (trinta e quatro) votos, Chapa 07 - “MI Classista” com 28 (vinte e oito) votos, e Chapa 05 - “Movimento Luta de Classes” com 26 (vinte e seis) votos. Por fim, o Presidente da Comissão Eleitoral após a posse agradeceu a participação de todas e todos e a disposição de assumir o compromisso de conduzir, da melhor forma possível, o Sinasefe Nacional, desejando sucesso no mandato e deu por encerrada a Plenária solene de posse. Nada mais havendo a tratar, à 13h30min, foi encerrado o 34º Consinasefe e eu Regina Célia de Souza de Oliveira lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por membros da Coordenação do Sindicato nacional.

13



SCS, QD 2, BL C, ED SERRA DOURADA, SL 109/110 - CEP 70300-902 - BRASÍLIA - DF
FONE: (61) 2192-4050 - EMAIL: DN@SINASEFE.ORG.BR

WWW.SINASEFE.ORG.BR